



ACÓRDÃO Nº199/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12950/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo de Previdência Municipal de Carauari.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Nelson José Batista Lacerda (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7412/2022-DIMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Municipal de Carauari. Exercício de 2020.

Irregularidade. Multa. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Fundo de Previdência Municipal de Carauari, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Senhor **Nelson José Batista Lacerda**, Presidente do Fundo de Previdência Municipal de Carauari e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2.423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Aplicar multa** ao Senhor **Nelson José Batista Lacerda**, Presidente do Fundo de Previdência Municipal de Carauari e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$10.000,00 (dez mil reais)**, com fulcro no artigo 54, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996 – LOTCE/AM c/c o artigo 308, inciso III da Resolução nº. 04/2002-



ACÓRDÃO Nº199/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

TCE/AM, em razão das impropriedades correlacionados nos itens 01; 02; 03; 04; 08; 10 (10.1; 10.2 e 10.3) da Fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

10.3. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.3.1. Ausência de recenseamento previdenciário no exercício (art. 15, II da ON SPPS /MPS nº 02/09 e art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004);

10.3.2. Ausência de documentação que comprove que foi dado acesso aos segurados as informações do regime, conforme art. 2º, IV da Res. 08/2011 – TCE;

10.3.3. Ausência de justificar o porquê de o Fundo de Previdência Municipal de Carauari não ter celebrado termo de adesão com a Secretaria Especial de Previdência do Ministério da Economia para fins de requerimento da compensação previdenciária (art. 10, § 1º, do Decreto nº 10.188/19);

10.3.4. Ausência de justificar por que razão o Gestor do Fundo de Previdência Municipal de Carauari não operacionalizou a compensação financeira no exercício (art. 1º da Portaria MPS nº 6.209/99; art. 1º, § 2º, da Lei nº 9.717/98; art. 4º da Lei nº 9.796/99);



ACÓRDÃO Nº199/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.3.5. Ausência de informação se a política anual de investimento dos recursos do regime próprio de previdência social e suas revisões foram devidamente aprovadas pelo órgão superior competente, antes da sua implementação conforme disposto no art. 5º da Resolução CMN nº 3922/10;

10.3.6. Ausência de informação se foram realizadas avaliação atuarial inicial e em cada balanço (art. 1º, I, da Lei 9.717/98);

10.3.7. Ausência de informação se a avaliação atuarial foi assinada por atuário (art. 5º, “d”, do Decreto Lei nº 806/69 e art. 8º do Decreto nº 66.408/70);

10.3.8. Inexistência de Quadro de Pessoal dos servidores do Fundo de Previdência Municipal de Carauari, para aferição de legalidade da situação dos cargos (efetivos, temporários e comissionados), da folha de pagamento, dos processos de diárias e de casos de nepotismo (art. 37, II, V e IX, da CF/88 e Súmula Vinculante nº 13);

10.3.9. Ausência de esclarecimentos sobre qual tipo de sistema de controle de registro do patrimônio adotado no RPPS, se o referido funciona, e é eficiente, se identifica o objeto, número de tombamento e o responsável pela guarda (art. 94 da Lei nº 4.320/64);

10.3.10. Ausência de documentação relativa à regularidade fiscal, conforme exige o art. 195, § 3º, da CF/88, c/c art. 29, II, III e IV, da Lei nº 8.666/93;

10.3.11. Ausência da publicação resumida do instrumento de contrato na Imprensa Oficial, como determina o parágrafo Único do art. 61, da Lei 8.666/93;

10.3.12. Ausência de ato, designando um representante para execução do contrato que deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Administração especialmente designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com execução do contrato, como determina § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.4. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.



ACÓRDÃO Nº199/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 14 de fevereiro de 2023.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Josué Cláudio de Souza Neto.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES
Procuradora-Geral, em substituição